



**RELATÓRIO
CONTROLE INTERNO**

JULHO A SETEMBRO DE 2021

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

RUA DR. ORLANDO GONÇALVES, 231
Parque das Palmeiras / ANGRA DOS REIS-RJ

TELEFONE: (24) 3365-5388 EMAIL:
ips.coc@angra.rj.gov.br

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORA-PRESIDENTE

Luciane Pereira Rabha

ASSESSORA ADMINISTRATIVA

Márcia Lima

ASSISTENTE DE GABINETE

Ivete Lyra

PROCURADOR-CHEFE

Luís Gustavo Marques

DIRETORA DE BENEFÍCIOS E SEGURADOS

Luizélia Gomes

COORDENADORA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Celi de Oliveira Chaves

DIRETORA DE CONTROLE INTERNO

Edenilze A F Dias

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO

Cláudia Maia

COORDENADORA DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - COMPREV

Ivete Costa

COORDENADOR DE ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS

Amadeu Damião Gonçalves

DIRETOR FINANCEIRO E DE TESOURARIA

Jediael Souza Estoduto

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

José Francisco da Costa

SUMÁRIO

DIRETORIA EXECUTIVA	2
INTRODUÇÃO	4
ÁREAS ANALISADAS – BENEFÍCIOS E SEGURADOS	5
FOLHA DE PAGAMENTO	7
INVESTIMENTOS E META ATUARIAL	7
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	11
TRANSPARÊNCIA	11
ANÁLISE DE ADESÃO AO PROGRAMA PRÓ – GESTÃO	11
PONTOS DE CONTROLE (PC)	13
CONCLUSÃO	14

INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado por esta Diretoria de Controle Interno, criado e regido pela Lei Municipal nº 2.074/08, a partir de 1º de janeiro de 2009, com o fito de análise do período compreendido de **Julho a Setembro de 2021**.

A realização deste trabalho, considerando o escopo de atuação desta Unidade de Controle Interno, baseou-se nos procedimentos e técnicas de controle compreendendo o exame dos documentos, a observação física de bens, comparativos entre previsão e execução, entrevista com servidores, Diretores Previdenciário, Administrativo e Ordenador de Despesa, além da análise de ambiente, com vistas a formar opinião sobre a suficiência ou inadequação dos controles existentes, bem como a conformidade com os requisitos estabelecidos no manual do PRÓ-GESTÃO.

O trabalho do Controle Interno é de assegurar o alcance dos objetivos, por meio da identificação dos possíveis riscos que possam ameaçar a boa prática de gestão dos processos, tais como cumprimento de prazos, leis e regulamentos etc., com o intuito de geração de melhoria contínua dos processos organizacionais.

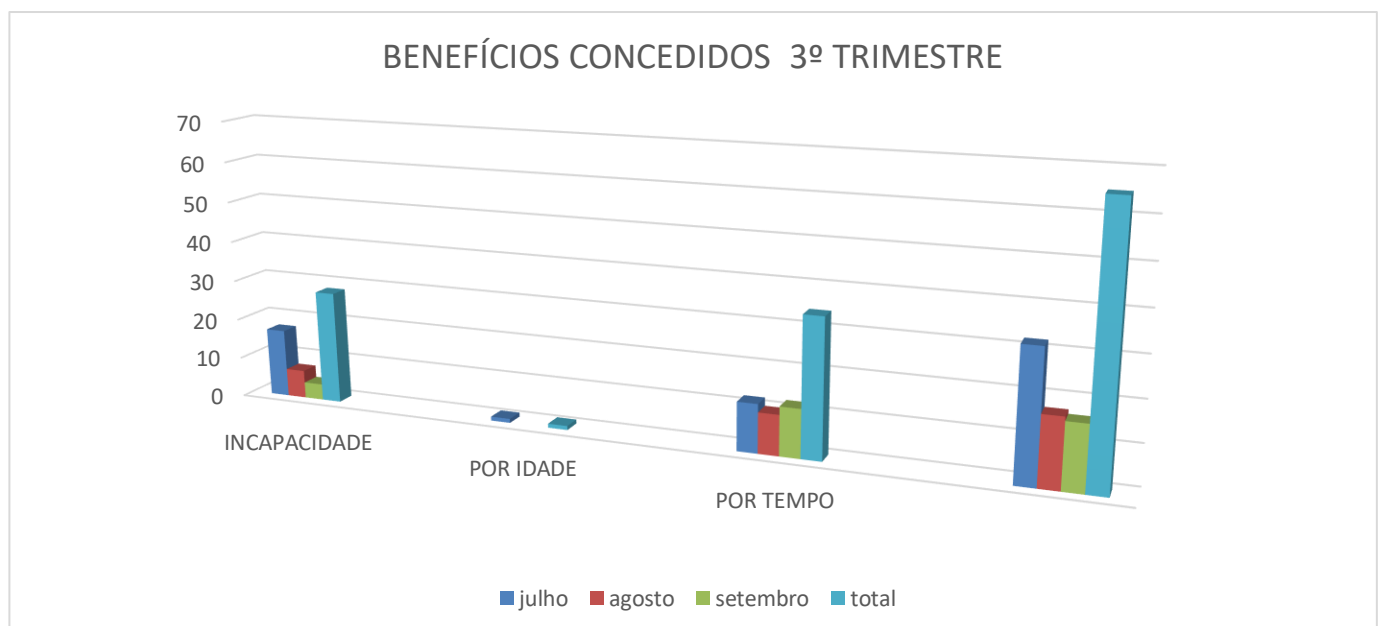
ÁREAS ANALISADAS

As áreas analisadas foram escolhidas com base na adesão ao PRÓ- GESTÃO Nível II, a fim de verificar as conformidades e gerações de informações gerenciais para tomada de decisão dos gestores do Instituto baseado nos documentos disponíveis e nas rotinas de execução das áreas.

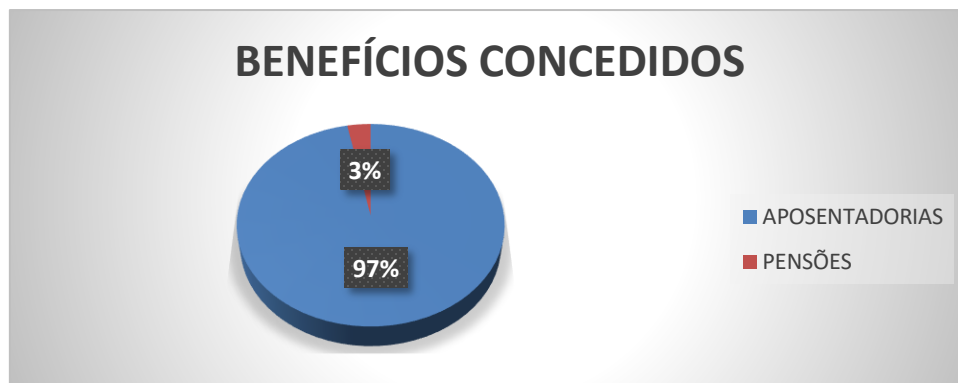
BENEFÍCIOS E SEGURADOS

Foram concedidas **63 Aposentadorias**, sendo 01 **por Idade**, 28 **por Incapacidade** e 34 **por Tempo de Contribuição**.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS NO 3º TRIMESTRE				
	julho	Agosto	setembro	Total
INCAPACIDADE	17	7	4	28
POR IDADE	1	---	---	1
POR TEMPO	12	10	12	34
TOTAL	32	17	16	63



BENEFÍCIOS	
QUANT	TIPO
63	APOSENTADORIAS
02	PENSOES
65	TOTAL CONCESSAO DE BENEFÍCIOS



Em análise aos processos de concessão de benefícios, observou-se que as informações guardam paridade sob os aspectos formais quanto à legislação vigente para a referida concessão.

Utilizando da técnica de amostragem esta Unidade de Controle considerou uma amostra de 25% (vinte e cinco por cento) para análise dos processos para concessão de aposentadorias e pensão, sendo assim, foram analisados ao todo 17(dezessete) processos.

Os processos foram escolhidos aleatoriamente a fim de verificar as conformidades no que tange aos enquadramentos dos benefícios concedidos com as legislações vigentes.

Em análise aos processos, verificou-se que as concessões obedeceram às formalizações quanto à legislação sua manualização e mapeamento, bem como com suas devidas assinaturas, publicações de portarias, e envio dos processos ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

FOLHA DE PAGAMENTO

No que tange às folhas de pagamento dos benefícios de aposentadorias e pensões foram disponibilizadas as seguintes informações no trimestre:

TIPO	JULHO R\$	AGOSTO R\$	SETEMBRO R\$
APOSENTADORIA PMAR	7.982.287,43	8.094.121,54	8.214.191,39
PENSIONISTA PMAR	1.049.294,95	1.053.211,51	1.029.098,68
APOSENTADORIA CMAR	30.345,06	34.579,81	33.168,23
PENSIONISTA CMAR	60.370,81	59.029,19	59.029,19
Total	9.122.298,25	9.240.942,05	9.335.487,49

Em relação às folhas de pagamentos do período, devido as concessões de benefícios, houve um acréscimo em relação ao trimestre anterior.

Ademais, em análise dos processos de pagamentos supracitados, não foi vislumbrado qualquer tipo de erro ou ocorrência que desabonasse a condução do processo desde a abertura até o pagamento.

Cumprir informar que foram iniciados, juntamente com a área de Benefícios, os estudos para a criação das matrizes de riscos.

INVESTIMENTOS E META ATUARIAL

Os investimentos guardam paridade no que tange ao enquadramento da determinação da SPREV segundo a Lei 402/08.

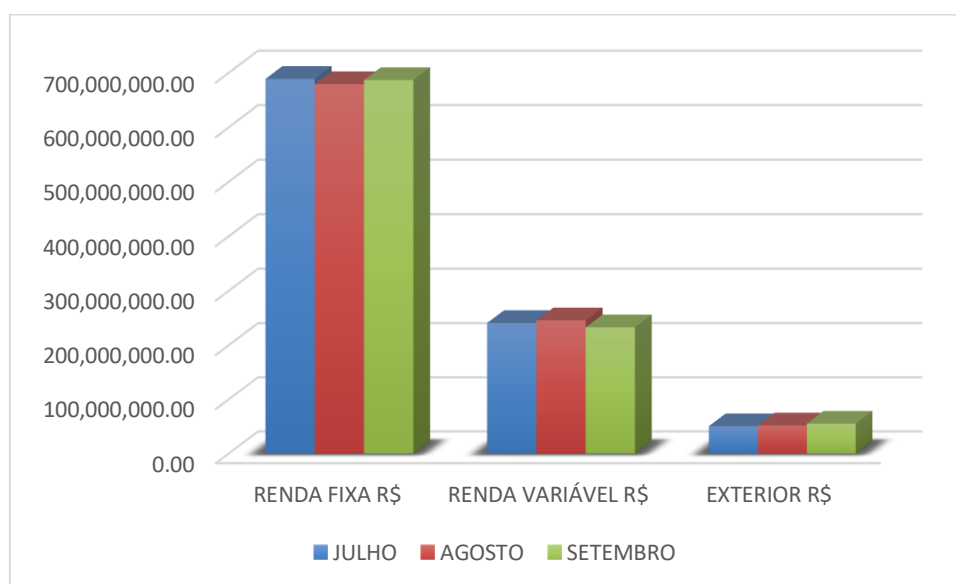
As aplicações foram disponibilizadas de forma sintética conforme planilhas abaixo segregadas em carteira de rendimentos Fixa e Variável e Exterior. Os quadros analíticos encontram-se no portal da transparência, onde são discriminados cada fundo de investimento e suas Assets.

Em análise ao Relatório referido acima, verificamos que houve apreciação dos Conselhos. Outro ponto de análise da operação foi a verificação da autorização no que tange à legalidade da operação, onde restou evidenciado que está em consonância com o que determina artigo 9º - A, Inciso II da Resolução nº 3.922/2010.

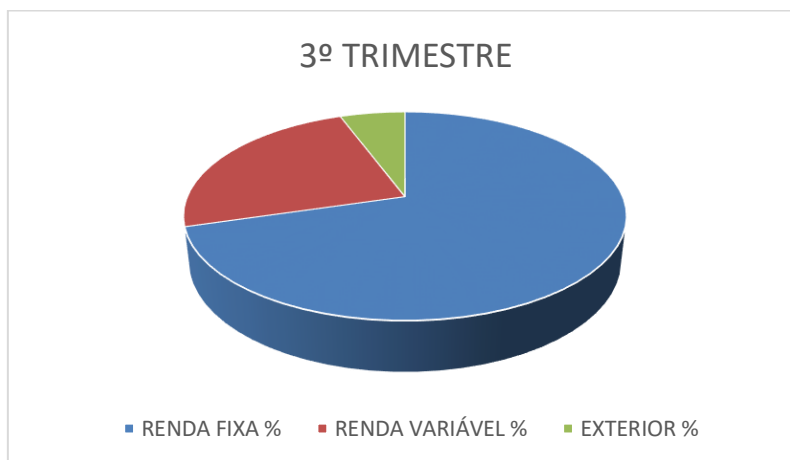
As informações confrontadas aos quadros dos Relatórios de Investimentos disponibilizados no site da empresa de consultoria Crédito e Mercado juntamente com as Atas do Comitê de Investimentos, guardam paridade no que tange aos enquadramentos dos investimentos junto a Resolução 3.922/2010 e Política de Investimento aprovada para o exercício vigente.

O Responsável pela área de Investimentos disponibilizou os saldos dos investimentos abaixo:

MÊS	RENDA FIXA R\$	RENDA VARIÁVEL R\$	EXTERIOR R\$
JULHO	689.057.220,81	241.197.944,85	50.586.424,98
AGOSTO	679.472.973,62	246.008.588,92	52.174.183,99
SETEMBRO	687.017.817,28	233.234.739,50	55.361.302,76



APLICAÇÃO	RENDA FIXA %	RENDA VARIÁVEL %	EXTERIOR %
3º TRIMESTRE	70,42	23,91	5,67



META DE RENTABILIDADE ACUMULADA NO PERÍODO	11,20%
RETORNO	-0,33

Em relação a meta de rentabilidade no período, podemos verificar que houve um decréscimo em relação ao trimestre anterior considerável, porém ainda não foi atingido a meta conforme o quadro disponibilizado acima. Sendo um dos fatores para o não atingimento a pandemia mundial que desacelerou o mercado financeiro conforme informações retiradas dos relatórios da empresa de consultoria disponibilizados pelo Setor Responsável.

Quanto aos Resgates e Aplicações que são efetuadas por meio das APRs, que é o Formulário padrão para a movimentação junto as instituições financeiras, verificamos que as autorizações constam em ata, bem como as mesmas estão devidamente assinadas e se encontram no portal da transparência. Além de guardarem paridade com os dispositivos das Portarias MPS 519/2011 e 170/2012. <http://angraprev.rj.gov.br/index.php/investimentos/aprs-e-atas>

Cumprido destacar que, no intuito de salvaguardar a segurança da informação e resguardar o Instituto, é salutar estudar a possibilidade de colocar as assinaturas em modo eletrônico, com o fito de evitar possíveis fraudes, tendo em vista que as assinaturas dos gestores e ordenadores de despesas estão disponibilizadas no portal da transparência.

Verificou-se que os membros do Comitê de Investimentos estão com suas certificações em dia.

Nessa mesma esteira, foram analisados os documentos das instituições financeiras credenciadas apresentadas pelo setor responsável, e não vislumbramos qualquer tipo de óbice nas documentações. Sendo analisado também os das Assets que administram os fundos no exterior incorporados neste trimestre.

O Setor responsável pelo Investimentos, disponibilizou os Relatórios Analíticos de Investimentos dos meses de julho, agosto e setembro, onde é demonstrada a situação financeira dos fundos no que tange aos enquadramentos, rentabilidades e riscos.

Os Relatórios foram devidamente apreciados e aprovados pelo Comitê de Investimentos, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

As informações disponibilizadas pela área financeira foram conferidas diretamente no site da empresa de consultoria. <https://www.creditoemercado.com.br/consultoria/>

A Política de Investimentos para o ano de 2021, elaborada pelo Comitê de Investimentos, sofreu modificações por conta do credenciamento ao Pro-Gestão, conforme publicação no Boletim Oficial do Município, em 14 de setembro do ano em curso. Há necessidade de ampla divulgação junto ao site do Instituto, a fim de maior transparência.

Por fim, os demonstrativos da DPIN - Demonstrativo da Política de Investimentos e o DAIR – Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos, encontram-se devidamente lançados junto ao Sistema da Secretaria de Previdência - CADPREV.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Portaria - ANGRAPREV 009/2021 de 24 de junho de 2021, Política de Segurança da Informação e Comunicações, publicada no Boletim Oficial do Município em 06 de julho do ano em curso, tem por objetivo garantir o manuseio, tratamento, controle e proteção dos dados produzidos por este Instituto, com diretrizes estratégicas para garantir a autenticidade das informações.

TRANSPARÊNCIA

O ANGRAPREV tem buscado assegurar a atualização do site angraprev.rj.gov.br onde são expostas as atividades desenvolvidas, dentre as quais: Balanços, Balancetes, Política de Investimentos, Atas dos Conselhos de Administração, Fiscal e Investimento, Relatório de Risco de Mercado, Legislação e outras informações que venham fomentar e facilitar a vida dos servidores ativos e inativos, respeitando assim os princípios da administração pública.

ANÁLISE DE ADESÃO AO PROGRAMA PRÓ – GESTÃO

Em determinação à adesão ao Programa Pró-Gestão, para fins de certificação em determinado Nível desejável, deve ser analisado se o Instituto atingiu as 24 (vinte e quatro) ações avaliadas.

No dia 01 de setembro do ano em curso, o Instituto foi certificado no Nível II.

A título de verificação, o chek-list abaixo, contempla quais ações já foram realizadas e as que ainda faltam 02 ações, no intuito de conseguir as 24 ações do Programa no nível de aderência certificado.

<u>ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA ADESÃO AO PRÓ- GESTÃO</u>		CONTEMPLAÇÃO REQUISITO	
		SIM	NÃO
AÇÕES	CONTROLE INTERNO		
1	Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS	X	
2	Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS	X	
3	Capacitação e Certificação dos Gestores e servidores das áreas de risco	X	
4	Estrutura de Controle Interno	X	
5	Política de Segurança da Informação	X	
6	Gestão e Controle da base de dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas		X
	GOVERNANÇA CORPORATIVA		
7	Relatório de Governança Corporativa	X	
8	Planejamento	X	
9	Relatório de Gestão Atuarial	X	
10	Código de Ética da Instituição	X	
11	Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor		X
12	Política de Investimentos.	X	
13	Comitê de Investimentos	X	
14	Transparência	X	
15	Definição de limites de alçadas	X	
16	Segregação das atividades	X	
17	Ouvidoria	X	
18	Diretoria Executiva	X	
19	Conselho Fiscal	X	
20	Conselho Deliberativo	X	
21	Mandato, representação e recondução	X	
22	Gestão de Pessoas	X	
	EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA		
23	Plano de Ação de Capacitação	X	
24	Ações de diálogo com segurados e a sociedade	X	

PONTOS DE CONTROLE (PC) REFERENTES AO RELATÓRIO DO 2º TRIMESTRE

Esta Unidade de Controle, a fim de gerar informações para melhoria contínua nas tomadas de decisões dos gestores do Instituto, observou se as recomendações informadas no Relatório do 2º Trimestre foram atendidas.

RECOMENDAÇÃO 01.- *Para o do item 06 do check-list - Gestão e controle da base de dados, é necessário que, juntamente com a Prefeitura, o instituto envie esforços para concretização deste item, tendo em vista que o Recenseamento previdenciário deve ser realizado no mínimo a cada 2 (dois) anos para aposentados e pensionistas e a cada 5 (cinco) anos para os servidores ativos.*

Resposta Controle – Item não atendido

RECOMENDAÇÃO 2 - *Que sejam instituídas ações voltadas para a saúde e segurança dos segurados conforme determinação do item 3.2.5 do Manual do Pró-Gestão*

Resposta Controle – Item não atendido

RECOMENDAÇÃO 3 - *Que seja verificada a possibilidade dos relatórios expostos no portal da transparência, sobretudo os que tiverem a assinatura manual da ordenadora de despesa, de serem assinados mediante assinatura digital a fim de resguardar o instituto de possíveis fraudes, visando a segurança da informação.*

Resposta Controle - – Item não atendido

RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA PRÓ-GESTÃO:

Com a contemplação da Certificação no Nível II de aderência ao Programa Pró-Gestão, foram recomendadas algumas sugestões de melhorias para serem implementadas conforme consta no relatório de auditoria da empresa certificadora.

01 – Controle Interno: Para o mapeamento e manualização de processo existe a necessidade de identificação dos pontos de controle e/ ou pontos de atenção em todos os seus processos mapeados e seus devidos indicadores de desempenho.

02 – Governança Corporativa: Ação Corretiva: Ações educativas para redução de acidente de trabalho.

03 – Governança Corporativa - Elaboração de parecer dos conselhos sobre suas atas.

CONCLUSÃO


Esta Unidade de Controle Interno realizou as análises das informações prestadas visando verificar as conformidades com as legislações da Secretaria de Previdência - SPREV e das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.

Como parte do trabalho foi utilizada a técnica de amostragem em alguns processos administrativos para confrontar as informações prestadas nos relatórios das áreas analisadas.

Diante do exposto, os procedimentos administrativos foram operacionalizados em conformidade com bons padrões de ética, segurança e economicidade. As análises foram feitas com base nos Relatórios das áreas apresentadas, bem como suas demonstrações contábeis e financeiras refletem adequadamente as operações.

Por fim, tendo em vista as recomendações supracitadas, informamos que serão pontos de avaliações para o próximo Relatório do 4º Trimestre de 2021.

Angra dos Reis/RJ, 21 de Outubro de 2021.


EDENILZE ALVES FERREIRA
DIRETORA DE CONTROLE INTERNO
ANGRAPREV - MATR. 12.252